



ATA Nº01/2026

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA TREZE DE FEVEREIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- Aos treze dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- 01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 07/2025 referente à sessão ordinária de 22.12.2025 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade Municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta de atualização do valor da quota da ANAM – Associação Nacional Assembleias Municipais -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental – Ano económico de 2025 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – 1.ª proposta de revisão orçamental – ano económico de 2026 -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – Projeto da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Cidade de Fátima – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Versão final -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – Alteração ao Mapa de Pessoal -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia do Médio Tejo (SIAC-MT), com constituição de 12 Comunidades de Energia Renovável – Contrato de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para celebração de contrato de concessão e assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Construção de 2 arruamentos de ligação entre a Av. D. José Correia da Silva e a Av. Papa João XXIII em Fátima – Arruamento 1 (Norte) – Assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Empreitada de reabilitação da Capela de S. Sebastião e área envolvente – Assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Matas – proposta de protocolo -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Arabesque – Academia de Dança, CRL – isenção de taxas -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Caçadores da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – pedido de isenção de taxas -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Atletismo de Santarém – pedido de isenção de taxas -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comando Distrital de Santarém da Polícia de Segurança Pública – isenção de taxas -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Natação do Distrito de Santarém – pedido de isenção de taxas -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Ukrainian Refugees UAPT – isenção de taxas -----
- **02.18** – Período de intervenção aberto ao público -----



----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ---

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente da AMO -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária da AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário da AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Sílvia Gonçalves Neves -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Natalina Mendes Vieira -----

----- Armando Henrique Fonseca Reis Vieira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Fernando Marques Simões -----

----- Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- David Alves Pereira -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, procedeu-se à substituição do membro da Assembleia Municipal: -----

----- Helena Santos Pereira, PS, foi substituída por **Edgar Ferreira Enes** -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva ausência, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Cristina Maria Gonçalves Pereira -----

----- Verificou-se a presença dos senhores PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: ---



----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

----- Freguesia de Casal dos Bernardos – Acácio Dias Pereira -----

----- Freguesia de Caxarias – Sérgio Manuel Gameiro Fernandes -----

----- Freguesia de Cercal – Filipe Alexandre Pereira -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Carlos Ferreira Neves -----

----- Freguesia de Matas – Agostinho Pereira Gameiro -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- Freguesia de Olival – Pedro Miguel Marques Pereira -----

----- Freguesia de Rio de Couros – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva ausência, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Freguesia de Gondemaria – Carlos de Freitas Coelho -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:---

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores eleitos: -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Purificação Pereira Reis -----

----- Filipe Manuel Marques Baptista -----

----- Rita Alexandra de Sousa -----



----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Daniel Lopes Neves Ribeiro -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 07/2025 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 22.12.2025

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a Ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a Ata aprovada, por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

----- Comunicação da CPCJ Ourém, remetendo um exemplar do “Relatório Anual da Atividade da CPCJ/2025. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- **VOTO LOUVOR** -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, apresentou o seguinte voto de louvor: **“Voto de Louvor – tempestade Kristin** -----

A tempestade que na madrugada do dia 28 de janeiro, assolou toda a região centro, e particularmente o concelho de Ourém, deixou marcas profundas no território e nas pessoas. ----

Para além dos elevados danos materiais em habitações, infraestruturas, explorações agrícolas, empresas e equipamentos públicos, ficou o impacto emocional vivido por muitas famílias — momentos de medo, incerteza e angústia que dificilmente serão esquecidos. Contudo, perante a dimensão do desafio, assistimos a uma resposta imediata, organizada e determinada. -----

Importa, desde logo, realçar de forma muito particular a capacidade operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil de Ourém, liderado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Albuquerque, cuja atuação se revelou absolutamente determinante. Num contexto de elevada complexidade e múltiplas ocorrências em simultâneo, a Proteção Civil de Ourém assegurou uma coordenação eficaz de meios humanos e técnicos, articulando bombeiros, forças de segurança, serviços municipais, juntas de freguesia e entidades externas. -----

A capacidade de ação, gestão de recursos, monitorização permanente da situação e rápida tomada de decisão foi essencial para garantir que a resposta no terreno fosse estruturada, segura e eficaz. A experiência e o espírito de missão demonstrados constituem um exemplo de dedicação ao serviço público. -----

A par desta coordenação exemplar, a Assembleia Municipal reconhece: -----

O papel do Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores, pela liderança próxima, pela presença constante no terreno e pela mobilização célere dos meios necessários; -----

O empenho das Juntas de Freguesia, cuja proximidade às populações permitiu respostas rápidas e humanamente próximas; -----

Reconhece a coragem e abnegação dos nossos Bombeiros Voluntários, bem como dos corpos de bombeiros provenientes de vários pontos do país que reforçaram os meios locais; -----

Reconhece a colaboração das Forças Armadas e das forças de segurança, cujo contributo operacional foi decisivo em momentos críticos; -----



Reconhece o trabalho incansável de todos os trabalhadores municipais que têm estado envolvidos na reposição da normalidade e no apoio a todas as pessoas afetadas por esta tempestade e das equipas técnicas e operacionais que têm estado no terreno a repor as principais infraestruturas danificadas (eletricidade, água e telecomunicações); -----

A AMO reconhece ainda a solidariedade de todas as autarquias e das empresas que disponibilizaram materiais de construção, bens alimentares, equipamentos e maquinaria; -----

Reconhece o apoio institucional do Senhor Presidente da República e de todos os membros do Governo; -----

Reconhece as centenas de voluntários vindos de todo o país, ao demonstrarem que, nestas alturas, a solidariedade não conhece fronteiras. -----

Por último, acima de todas as estruturas e instituições, importa enaltecer o povo de Ourém. ----

A resiliência das nossas gentes, a entreaajuda entre vizinhos, a coragem silenciosa de quem, mesmo perante prejuízos significativos, escolheu reconstruir e apoiar o próximo. -----

Este Voto de Louvor é, por isso, uma expressão formal de reconhecimento institucional, mas também um agradecimento sentido a toda a comunidade. A Assembleia Municipal de Ourém orgulha-se profundamente da resposta dada e do espírito resiliente que define este momento que ainda estamos a ultrapassar. -----

Assim, a Mesa da Assembleia Municipal de Ourém propõe que: -----

Seja aprovado o presente Voto de Louvor; -----

Seja dado conhecimento formal do mesmo a todas as entidades envolvidas." -----

----- SUBMETIDO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI ESTE VOTO DE LOUVOR APROVADO, POR UNANIMIDADE -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: -----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Mesa da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente de Câmara Municipal -----

Sras. e Srs. Vereadores -----



Caros colegas deputados municipais -----

Público Presente e publico que nos acompanha através da transmissão online -----

Comunicação Social -----

As minhas primeiras palavras são, obviamente, para o povo do Concelho de Ourense, para todos os que sofreram e ainda estão a sofrer com esta imensa calamidade. Que tempos terríveis que vivemos. -----

Queria deixar também uma palavra de apreço para os nossos autarcas, para o Senhor Presidente de Camara e para os seus vereadores, para os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e as suas equipas, que no meio desta tormenta terão feito o melhor possível, nunca fazemos tudo certo, mas o vosso empenho foi excelente. Obrigado -----

Queria também deixar uma referência especial aos funcionários do Município, que se empenharam de uma maneira absolutamente espetacular na ajuda às nossas populações, muitas vezes só com uma palavra de carinho e de presença, para que os nossos concidadãos não se sentissem absolutamente abandonados pelo Estado. -----

Um agradecimento especial aos bombeiros do nosso concelho, por toda a ajuda, disponibilidade e humanismo. Muito Obrigado -----

Aqui chegados, deixem-me dizer-vos, sem subtilezas, sem paninhos quentes, que o que se passou, no apoio à população do nosso concelho, por parte do estado central foi uma VERGONHA, repito, uma VERGONHA. -----

Parafraseando um autarca nosso vizinho, que disse e muito bem “Se isto tivesse acontecido na casa de quem nos governa, a resposta teria sido mais rápida”. Não tenham dúvidas nenhuma que isto é absolutamente verdade. Os governantes que vieram ao nosso território, tarde e a más horas, regressaram ao conforto das suas casas de Lisboa e de Cascais, onde tinham a sua eletricidade, água, ar condicionado e garantidamente não lhes chovia em casa. O desespero era dos outros, daqueles lá longe, que nós nem conhecemos e que, possivelmente, não vamos voltar a ver. -----

Deixo aqui alguns números incríveis: -----



- Ao dia de hoje, quase 20 dias depois da tragédia, existem milhares de habitantes do concelho de Ourém que não têm eletricidade; -----

- Existem milhares de pessoas a quem chove em casa; -----

- Existem centenas de alunos que vão para a escola, depois regressam a casa e não tem eletricidade em casa. Como vão sequer pensar em estudar, por exemplo, que igualdade de direitos é esta?; -----

- Existem milhares de oureenses, centenas de empresas, que além dos prejuízos materiais que tiveram, não tem qualquer tipo de comunicação, estão isoladas com o mundo. -----

Quatro dias depois da passagem da “Kristin”, só havia 240 militares no terreno, em todos os concelhos afetados, que era um dispositivo mínimo que cresceu para 2173 no dia 4 de fevereiro, bastando para isso ter sido ativado o Plano Nacional de Emergência. Porque não foi feito logo no dia seguinte? Se tivesse sido em Lisboa, afetando a “bolha de Lisboa”, a coisa teria sido bem diferente. -----

Vejam o ridículo da seguinte situação. No dia seguinte à tragédia, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, só pediu às Forças Armadas, dois destacamentos de Engenharia, ou seja, duas máquinas e oito militares. Bastava o Primeiro Ministro ter convocado a Comissão Nacional de Proteção Civil e os milhares de militares poderiam ter sido logo requisitados, mas isto foi lá tão longe, tão longe do conforto das casas de Lisboa, das casas de quem manda. -----
Podia deixar-vos muito mais números que só iam comprovar o imenso abandono a que fomos e estamos a ser votados. -----

Todo este triste acontecimento terá que nos levar a repensar o modo como funcionamos, como funciona este pequeno país, mas tão distante entre si. É também por tudo isto que cada vez o interior está mais desertificado, porque as pessoas que lá habitam se sentem cada vez mais abandonadas, com menos e piores serviços públicos prestados pelo estado central, com menos e piores serviços de saúde, com menos oportunidades para os seus filhos, que por isso, logo que podem vão também para longe. -----

Outra evidencia curiosa, mas triste, muito triste, que também mostra o pior que temos como povo, é que quando as pessoas da província, os que aqui nasceram e cresceram, começam a



ter acesso ao poder central, aos corredores e gabinetes do poder de Lisboa, se tornam ainda mais centralistas do que os que sempre lá viveram. São ainda piores. (Palavras de Isaltino Morais, ele saberá bem do que fala). -----

Não podemos deixar também de referir a injustificada abordagem das empresas de Serviços a toda esta calamidade. Não podem ser apenas os políticos que devem estar sobre escrutínio, mas também os gestores e outros cargos de topo dentro destas empresas, muitas delas em regime de monopólio. Tem que se repensar estas atuações e assacar responsabilidades, sem medos e sem politicamente correto. -----

Do outro lado, temos o voluntariado, o querer ajudar a quem está a sofrer, é um sentimento tão nobre do povo português, tão espontâneo, que nos enche a alma nestes momentos tão tristes. Este sim é o nosso melhor lado como povo. Obrigado a todos, que muitas vezes vieram de tão longe, de forma desinteressada, para simplesmente ajudar. -----

“Na política o grau de empatia passa por colocar-se no lugar de quem mais sofre e não deixar para trás aqueles que são os mais desfavorecidos, aqueles que vivem nas aldeias, as populações mais idosas” -----

No meio desta imensa tragédia, quero saudar também imensamente importante, absolutamente essencial, a nossa DEMOCRACIA, tenha sido preservada, com a retumbante vitória de Antonio José Seguro, que aqui saúdo, como Presidente da República eleito de Portugal.” -----

----- VOTO LOUVOR -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “A Assembleia Municipal de Ourém, em nome do povo do concelho de Ourém, aprova um voto de louvor ao Presidente da República eleito de Portugal, António José Seguro, reconhecendo o seu compromisso com os valores da liberdade, da justiça e do pluralismo. -----

A sua eleição reforça a confiança nas instituições e dignifica a democracia portuguesa, inspirando estabilidade, diálogo e esperança no futuro coletivo da Nação.” -----



----- SUBMETIDO A VOTAÇÃO, FOI ESTE VOTO DE LOUVOR APROVADO, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL CHEGA -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: **“Tempestade” Kristin** -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Caros Munícipes, -----

A nossa declaração política de hoje é, antes de mais, um registo de realidade — e de gratidão.

A tempestade Kristin deixou o concelho de Ourém num estado que, sem exagero, muitos de nós nunca tinham visto. Em poucas horas, a normalidade foi substituída por um cenário avassalador: estradas condicionadas e cortadas, infraestruturas afetadas, equipamentos públicos com danos, habitações atingidas, falhas nas comunicações e, sobretudo, um problema que se tornou o mais penalizador para muitas famílias: a falta de energia elétrica, prolongada até ao dia de hoje, em várias localidades. -----

Houve pessoas e famílias que passaram dias muito difíceis. E não estamos a falar de um simples incómodo: quando a eletricidade falha, falha muito mais do que a luz — falham rotinas, condições de saúde, conservação de alimentos, aquecimento, informação e tranquilidade. -----

Mas se a tempestade nos mostrou dificuldades, também mostrou algo maior: a capacidade de resposta e a união do nosso concelho. -----

E é aqui que queremos deixar um reconhecimento público, claro e firme, a quem esteve na linha da frente — e a quem, muitas vezes, trabalhou sem descanso, sem horários e sem holofotes. -----

Em primeiro lugar, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e a todo o Executivo Municipal, pela liderança, pela presença constante, pela capacidade de coordenação e pela forma como assumiram, desde a primeira hora, o comando desta resposta — com decisões rápidas, mobilização de meios e acompanhamento próximo das situações mais críticas. Foi um trabalho



feito com sentido de missão, com seriedade e com uma disponibilidade que esteve muito para além do exigível. -----

Às Juntas de Freguesia, pela prontidão, pelo conhecimento do terreno e pela proximidade que, em momentos como este, vale ouro. -----

Ao Serviço Municipal de Proteção Civil, aos Bombeiros, às forças de segurança, às equipas técnicas e operacionais, e a todos os trabalhadores que estiveram na rua, no frio e na pressão, a garantir o essencial quando o essencial estava em risco: **o nosso muito obrigado**. -----

O que se fez nestes dias não foi apenas “resolver ocorrências”. Foi proteger pessoas, minimizar riscos, garantir apoio às populações e recuperar, passo a passo, a normalidade possível. -----

E é importante afirmar isto com clareza: o município e as freguesias fizeram a sua parte — e fizeram muito bem. Se houve áreas em que a recuperação foi mais lenta, isso ficou sobretudo ligado à dependência de intervenções externas, nomeadamente na reposição de energia e em alguns pontos críticos de rede, onde os tempos de resposta nem sempre acompanharam a urgência e o sofrimento das pessoas. A verdade é esta: quando uma comunidade já fez tudo o que está ao seu alcance, há limites que só podem ser ultrapassados por quem detém a responsabilidade direta sobre as infraestruturas. -----

Por isso, o elogio que deixamos hoje não é apenas emocional: é também institucional. É o reconhecimento de que houve liderança local, houve capacidade operacional e houve um concelho inteiro a puxar no mesmo sentido. -----

A tempestade Kristin vai ficar na memória coletiva de Ourém. Não apenas pelo rasto de destruição — mas pelo que revelou de melhor em nós: a coragem tranquila de quem não desiste, a solidariedade de quem ajuda, e a força de quem, com responsabilidade pública, arregaa as mangas e faz acontecer. -----

Em nome da bancada do PSD, deixamos duas mensagens finais: -----

A primeira é de reconhecimento: parabéns ao Senhor Presidente, ao Executivo Municipal, às Juntas de Freguesia e a todas as entidades e pessoas que responderam com humanidade e profissionalismo. -----



A segunda é de confiança: este momento demonstrou a capacidade de resposta, o espírito de
entregajuda e a dedicação das nossas instituições e da nossa comunidade. -----

É com essa força coletiva que continuaremos a trabalhar por um concelho cada vez mais forte,
mais coeso e mais preparado para o futuro. -----

Muito obrigado.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante Grupo Municipal CDS-PP,
expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente desta Assembleia Eng.º João Moura! -----

Deixe-me na sua pessoa cumprimento todos os presentes, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Nos últimos dias, o nosso concelho tem atravessado momentos particularmente difíceis, que
afetaram diretamente muitas famílias, comunidades e espaços do nosso dia a dia. Fomos
atingidos por acontecimentos que deixaram marcas profundas, não só nas infraestruturas que
usamos todos os dias, mas também no coração e na tranquilidade de cada família. Em nome
de toda a comunidade local de apoio, quero dirigir uma palavra de solidariedade profunda a
cada munícipe que vive, neste momento, sentimentos de preocupação, perda ou incerteza. ---

Sabemos que os danos registados em infraestruturas essenciais, desde vias municipais
condicionadas até falhas no abastecimento de água, eletricidade e sistemas de drenagem, têm
causado perturbações reais na vida de muitas pessoas. Para muitos, estes danos representam
não apenas dificuldades materiais, mas também um impacto emocional significativo. -----

Quero deixar uma palavra de profundo agradecimento a todos os profissionais e voluntários
que, com enorme dedicação, têm estado ao lado da população, porta a porta, rua a rua,
oferecendo não apenas soluções práticas, mas também presença, conforto e esperança. -----

Peço a todos os munícipes que mantenham a serenidade, apoiem os vizinhos que possam
necessitar e procurem ajuda sempre que sentirem dificuldade. Nenhuma pessoa deve enfrentar
estes momentos sozinha , e não o fará. -----



A força do nosso concelho tem sido sempre a sua comunidade: solidária, unida e resiliente. Continuaremos a trabalhar, dia após dia, para garantir que cada família recebe o apoio necessário e que a reconstrução será feita com humanidade, cuidado e respeito por todos. ----

A todos deixo um abraço sentido, uma palavra de coragem e a certeza de que a nossa comunidade é maior do que qualquer adversidade. -----

Bem haja!” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “O Grupo Municipal do PSD apresenta hoje uma declaração política de cumprimento pela eleição do Dr. António José Seguro como Presidente da República. -----

Num contexto nacional e internacional de exigência acrescida, os portugueses confiaram-lhe a missão de representar a República, garantir o regular funcionamento das instituições e ser símbolo da unidade nacional. -----

Como é público, o Dr. António José Seguro não foi o candidato apoiado pelo PSD e importa notar que a sua candidatura também não colheu, no seio do seu próprio partido, um apoio unanime ou consensual. Na altura, defendemos uma alternativa política distinta, sustentada numa visão própria para o exercício do mais alto cargo da Nação. Essa foi a escolha que, de forma legítima e convicta, levámos aos portugueses. -----

Contudo, a democracia seguiu o seu curso e o povo português decidiu. O respeito pela vontade soberana dos eleitores é um princípio inegociável para o PSD e é, imbuídos desse espírito, que saudamos institucionalmente o Presidente eleito. -----

O PSD, fiel à sua matriz institucionalista e ao seu compromisso com a estabilidade, reconhece o veredito expresso nas urnas. A Presidência da República é um órgão de todos os portugueses e exige sentido de Estado, equilíbrio e capacidade de diálogo. -----

Confiamos que o novo inquilino do Palácio de Belém saberá exercer as suas funções com independência, responsabilidade e respeito escrupuloso pela Constituição. Desejamos, por isso, que o mandato que se inicia no próximo dia 9 de março, seja marcado pelo equilíbrio e pela promoção da unidade nacional, valores essenciais num tempo que exige maturidade democrática e sentido de Estado. -----



Numa altura dramática para todos nós, esperamos igualmente que atribua particular atenção e valorização ao poder local, reconhecendo o papel insubstituível das autarquias na proximidade aos cidadãos e na promoção do desenvolvimento. -----

Assim, o Grupo Municipal do PSD felicita a eleição do Dr. António José Seguro e formula votos de um mandato de sucesso, ao serviço de Portugal e dos Portugueses. -----

Muito obrigado.” -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Faleceu, no passado dia 06 de janeiro, José dos Reis Batista. -----

Era um orgulhoso e interventivo cidadão da freguesia de Cercal. -----

Alem do seu lado profissional ligado à construção civil, tanto em Portugal como em França, era alguém com um imenso sentido de comunidade, sem alaridos, sem vaidades e com um imenso sentido de dever. -----

Esteve durante cinco anos na direção do Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal, Vales e Ninho. -----

Cumpriu dois mandatos da Assembleia de Freguesia do Cercal. -----

Teve um papel importantíssimo na comissão de extinção da União de Freguesias de Matas e Cercal e na comissão instaladora da Freguesia de Cercal. Acreditava convictamente que o seu “Cercal” precisava deste caminho. -----

Nas últimas eleições autárquicas, de outubro passado, liderou a lista do Partido Socialista para a Junta de Freguesia de Cercal, tendo sido eleito e tomado posse em 29 de outubro de 2025, já a lutar contra esta terrível doença, mas nunca deixando de se empenhar no bem público, no amor à sua terra. -----

Numa nota mais pessoal, para todos nós que com ele convivemos muito nas últimas eleições autárquicas, o que nos fica é a imagem do seu humanismo, da sua vontade magnífica de ajudar o próximo. -----

Foi uma honra! -----

À esposa, aos filhos, restante família, aos seus amigos, aqui deixamos o nosso pesar.” -----



----- SUBMETIDO A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI ESTE VOTO DE PESAR APROVADO, POR UNANIMIDADE, TENDO-SE RESPEITADO, DE PÉ, UM MINUTO DE SILÊNCIO -----

----- **MOÇÃO** -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “**Reposição urgente da energia elétrica e reforço da resposta da rede no concelho de Ourém (Tempestade Kristin)** -----

Na Assembleia Municipal de Ourém, reunida em sessão, e considerando que: -----

1. A tempestade Kristin provocou no concelho de Ourém danos relevantes e uma perturbação excecional da normalidade, com particular gravidade na interrupção prolongada do fornecimento de energia elétrica em diversas localidades. -----

2. Apesar da resposta pronta e contínua do Município de Ourém e das Juntas de Freguesia — em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, Bombeiros, forças de segurança, serviços operacionais e tecido associativo — persistiram falhas de eletricidade durante um período considerado inaceitável para um serviço essencial, com impacto direto na segurança, saúde, atividade económica e bem-estar das populações, sobretudo as mais vulneráveis. -----

3. Reconhecendo o esforço local e a complexidade técnica de eventos meteorológicos extremos, a Assembleia Municipal entende, ainda assim, que a reposição do serviço e a comunicação aos cidadãos não podem ficar aquém do que é exigível, devendo a entidade gestora da rede de distribuição assumir responsabilidades, reforçar meios e apresentar soluções de prevenção e resiliência. -----

O Grupo Municipal do PSD apresenta a presente moção e propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----

4. Manifestar publicamente o seu desagrado pela demora verificada na reposição integral do fornecimento de energia elétrica no concelho de Ourém, instando a E-Redes a concluir, com carácter de urgência, todas as situações ainda pendentes; -----



5. Solicitar à E-Redes esclarecimentos formais, por escrito, sobre: (i) causas técnicas principais das interrupções; (ii) meios efetivamente mobilizados no concelho; (iii) critérios de priorização adotados; e (iv) cronograma e medidas executadas até à normalização total; -----
6. Recomendar à E-Redes a apresentação de um plano específico para Ourém, com medidas de curto e médio prazo para reforço da resiliência da rede (incluindo manutenção preventiva, gestão de vegetação junto a linhas, redundâncias e reforço de equipas em ocorrências), bem como melhoria dos canais de informação e contacto com as populações; -----
7. Recomendar que a E-Redes e as entidades competentes divulguem, de forma clara e acessível, os direitos dos consumidores em caso de interrupções prolongadas, incluindo eventuais mecanismos de compensação e procedimentos de reclamação/ressarcimento, nos termos aplicáveis; -----
8. Saudar e reconhecer, publicamente, a liderança e o trabalho do Presidente da Câmara e do Executivo Municipal, bem como das Juntas de Freguesia, agentes de proteção civil, Bombeiros, forças de segurança e demais entidades e cidadãos envolvidos na resposta e apoio às populações. -----

Mais se propõe que a presente moção, após aprovação, seja remetida à E-Redes, à ERSE, ao Governo de Portugal (área da Energia) e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, para conhecimento e seguimento.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI ESTA MOÇÃO APROVADA, POR UNANIMIDADE** -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se registando qualquer intervenção.



02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados oureenses -----

Desde 2017, momento em que assumi as funções de Presidente de Câmara, confesso que esta é a comunicação mais difícil que faço a V.ªs Ex.ªs, pelo período vivido a partir da madrugada do dia 28 de janeiro onde o nosso território foi assolado pela tempestade Kristin, porventura a maior catástrofe natural que atingiu o nosso concelho e que ficará, tristemente, marcado na nossa história. -----

Nessa manhã e de imediato, ativámos o estado de emergência municipal e as primeiras horas a seguir à tempestade foram um autêntico teste de resistência e superação à nossa capacidade coletiva e aos muitos operacionais no terreno. Dos 1000 km de estradas asfaltadas, 800 km ficaram completamente obstruídos com árvores, postes, chapas, e outros resíduos de habitações e empresas, deixando todos os lugares, aldeias, vilas e cidades do concelho votados ao isolamento. A nossa prioridade máxima foi exatamente assegurar a circulação de pessoas em segurança na rede viária, permitindo a restituição entre todas as freguesias do nosso concelho. Este desafio foi amplamente conseguido três dias depois, muito graças ao empenhamento de vários meios mecanizados, operacionais no terreno e à



população que se alistou nesta tarefa comunitária de proteção ao bem comum. Perante este cenário dantesco, conseguir ter as vias principais e secundárias, que são da nossa responsabilidade e também da I.P., totalmente transitáveis, transmite um sentimento de dever cumprido, que resume uma grande eficácia na gestão da crise pela nossa proteção civil e que me cumpre aqui reconhecer. -----

Contudo, apesar deste primeiro grande esforço no terreno, pela realidade impactante do concelho após a passagem deste fenómeno natural extremo, pela sua natureza e complexidade, exigiriam outro tipo de mecanismos e respostas, o que seria reconhecido através da Resolução do Conselho de Ministros, de 30 de janeiro, com a declaração de estado de calamidade para o nosso território e posteriores renovações até ao próximo dia 15 de fevereiro. -----

Desde as primeiras horas dessa madrugada, procurámos dialogar, obter respostas e soluções junto das entidades externas responsáveis para que o fornecimento de bens essenciais fosse restabelecido, nomeadamente, água, energia e comunicações. Posso confirmar que este foi sem a mínima dúvida o nosso principal drama desde a madrugada do dia 28 de janeiro, pois nenhuma entidade tinha a mínima perceção do rasto de destruição que esta tempestade tinha criado no concelho de Ourém, pelo desconhecimento da realidade no terreno, mas também pelo foco mediático televisivo estar completamente virado para as realidades de concelhos vizinhos. -----

Deste panorama dos bens essenciais, posso dizer que no dia 2 de fevereiro - seis dias depois – tínhamos 95% do fornecimento de água restabelecido no nosso território, sendo neste momento assegurado na sua totalidade. No plano das comunicações, as operadoras demoraram bastante tempo a reativar os seus serviços, sendo que só no início desta semana, verificámos uma restituição mais significativa das coberturas da rede fixa e móvel estando ainda no dia de hoje, algumas zonas do concelho sem qualquer acesso. -----

Relativamente ao fornecimento de energia vivemos um autêntico calvário com a falta de meios para resolver uma imensidão de problemas existentes na rede de média e baixa tensão. Sentimos um completo desnorte e desorganização, com a falta de capacidade para responder



à falta de luz para as habitações e para as empresas. Percebendo o problema, tentámos desde o primeiro momento, colaborar com a E-Redes para a instalação de geradores junto aos diversos postos de transformação pelo concelho, de modo a minimizar os impactos decorrentes desta situação. A questão da média tensão poderá estar praticamente resolvida, sendo agora o principal problema as baixadas para as habitações, muitas das quais destruídas ou então com cabos aéreos de fornecimento de energia cortados pela queda de árvores e postes, que não permitem que muitas habitações tenham acesso à energia. Esta é a principal necessidade das populações, pois não permite que os Ourienses retomem a sua vida normal, criando enormes transtornos e prejuízos, além do desespero e exaustão que tão bem compreendemos. Continuamos a exigir e a pressionar a entidade responsável para o reforço de meios no terreno, porque os cidadãos precisam de respostas e soluções urgentes para ultrapassar esta grave situação. Só descansaremos e deixaremos de o fazer depois da totalidade do concelho estar completamente servido pelo abastecimento de rede de energia elétrica. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

A devastação da tempestade foi implacável com tudo e todos. Deixou um rasto de destruição e foi necessário criar um conjunto de medidas para mitigar os seus efeitos para a normal vivência dos Ourienses. Nesse propósito, conseguimos disponibilizar nos momentos seguintes à tempestade: -----

- Os balneários da piscina municipal para a higiene pessoal; -----
- O espaço da biblioteca municipal com acesso à internet e para pontos de carregamento de dispositivos eletrónicos; -----
- O TMO, a Casa do Administrador e o edifício da StartUp Ourém para o teletrabalho; ---
- O estaleiro municipal para entrega de materiais de construção (como lonas, telhas, pilhas, lanternas, plásticos, espuma poliuretano, etc); -----
- O centro municipal de exposições para entrega de bens alimentares; -----
- Locais em todas as freguesias para depósito de resíduos verdes e outros de construção civil; -----
- Construímos uma equipa para organização do voluntariado; -----



- Encontrámos uma solução habitacional para os cidadãos desalojados de modo temporário, através da ZCAP (zonas de concentração e apoio à população); -----

- Criámos condições para as pessoas pudessem comunicar os seus prejuízos através de formulário próprio para que agora possam ser encaminhados devidamente para a CCDR. --- Tentámos ser céleres e pragmáticos nas medidas concretas para o apoio à população afetada, mas além disso, mantivemos o foco e a preocupação na resolução dos problemas noutros domínios, que em traços muito genéricos, vou identificar e que até agora foram possíveis contabilizar. -----

Das 34 escolas do concelho de Ourém, todas elas sofreram danos, alguns dos quais muito severas e de âmbito estrutural. Em virtude desta tempestade ter ocorrido em período de pausa letiva, na segunda feira dia 2 de fevereiro, conseguimos recuperar e abrir 32 escolas, tendo o JI do Bairro reaberto no dia 3 e a EB1 do Pisão-Matas no dia 5. Tanto os transportes escolares, como os locais para a confeção das refeições escolares, foram uma preocupação e a sua monitorização importante para que nada ficasse por funcionar. -----

Na componente dos edifícios escolares, genericamente na área da educação, em apenas cinco dias, fizemos um grandíssimo trabalho, o que nos permitiu trazer normalidade, segurança e confiança às crianças e encarregados de educação. -----

Na componente habitacional, em casas de primeira habitação, do levantamento solicitado às Juntas de Freguesia foram identificados mais de 10 mil casas com danos e muitos prejuízos. Através dos bens fornecidos no estaleiro municipal, os operacionais do terreno, Juntas de Freguesia e voluntários foram tentando mitigar os impactos das casas destelhadas e ainda com condições de habitabilidade. -----

Na componente empresarial, foram apuradas até este momento 79 empresas, número que tem vindo a subir diariamente e acreditamos possa ser bastante superior, sendo do nosso conhecimento que o tecido empresarial ouriense foi severamente fustigado com esta tempestade e que será preciso um apoio nacional muito musculado para colmatar os estragos em equipamentos, instalações e stock's. -----



No decurso desta semana posso confirmar que criámos equipas municipais multidisciplinares que estão já no terreno para fazer a aferição dos danos na nossa rede viária – que inclui muros de contenção, taludes e pontes - edifícios e construções municipais, equipamentos municipais de âmbito complementar e de lazer, equipamentos escolares, equipamentos associativos, património cultural e demais património municipal, com o objetivo de ser reportado à CCDR-Lvt para efeitos de ajuda financeira para o ressarcimento dos danos. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Enquanto Presidente de Câmara, a minha ação foi sempre pensar nas pessoas e no seu bem-estar, criando as melhores condições para que possam ser felizes no nosso território. Esta catástrofe, apesar de não registar qualquer vítima mortal, acentuou o estado das pessoas mais vulneráveis e arrastou um conjunto de pessoas para uma situação de debilidade social. O ponto de situação em resultado desta tragédia, levou a que pelo menos 71 agregados familiares, correspondendo a 113 pessoas, ficassem desalojados, ou seja, tiveram de sair das suas habitações estando em segundas linhas de apoio. Deste número, registamos 42 agregados, representando 62 pessoas, que conseguiram encontrar uma solução de alojamento na sua rede de suporte (familiares, amigos ou vizinhos). No que concerne aos restantes desalojados, foram acionados os meios para acolhimento temporário na ZCAP, no total de 15 agregados familiares (correspondendo a 34 pessoas), mais um agregado familiar composto por 4 pessoas acolhidas nos nossos apartamentos de emergência e, ainda, 13 idosos que foram encaminhados pelos serviços da segurança social para ERPI's em virtude da necessidade de acompanhamento mais direto e profissional. É importante referir que temos registadas 266 sinalizações de situações de vulnerabilidade social, que continuam a ser seguidas e monitorizadas pelas equipas técnicas municipais da ação social e que também tiveram o apoio do pessoal técnico da segurança social. -----

No meio deste cenário triste e difícil, registamos e reconhecemos o alento, coragem e solidariedade de tantos quantos de forma generosa e gratuita, estiveram ao lado da nossa população. Mais de 800 voluntários trabalharam em variadíssimas missões e funções nas



várias freguesias do concelho, ajudando a melhorar a vida das pessoas e da nossa comunidade. -----

Outro reconhecimento público muito sincero que quero deixar foi a onda de solidariedade de muitos cidadãos anónimos, empresas e municípios que de forma solidária ofereceram ao concelho de Ourém bens alimentares, roupa, bens de primeira necessidade e higiene e diversos materiais de construção para que fosse possível amparar e responder afirmativamente às necessidades mais urgentes e primárias dos Ourienses. Enquanto Presidente de Câmara, o meu sincero e mais profundo obrigado pelo vosso gesto de generosidade para com a nossa população. -----

Aos operacionais no terreno desde o primeiro momento, com particular destaque para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, bombeiros, forças armadas onde se inclui as equipas do exército, marinha e força aérea, GNR, funcionários municipais, empresas e à população que deu de si para uma resposta competente da proteção civil de Ourém, deixo uma mensagem de reconhecida gratidão e que será jamais esquecerei o trabalho que fizeram para recuperar o nosso território e proteger a população. Uma palavra de agradecimento também para aqueles que nos enviaram mensagens de apoio, mas também para os ausentes, acreditamos que o seu silêncio é sinónimo de solidariedade. -----

Ex.mo Sr. Presidente, caras e caros eleitos -----

Quero terminar esta intervenção confirmando que o trabalho agora irá continuar, até que as comunicações e a energia sejam repostas na sua plenitude, mas também no apuramento dos danos efetivos e a consequente reparação. Como todos compreenderão esta não será uma tarefa simples, nem de rápida execução porque estamos perante um prejuízo de muitos milhões de euros. -----

Todos juntos vamos conseguir ultrapassar mais esta calamidade. Todos Juntos vamos reerguer o nosso concelho! -----

Conto com todos!" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----



- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de colocar algumas questões. -----



Uma delas, quais são as principais dificuldades sentidas neste momento? -----

Uma outra, é possível saber o número de pessoas sem energia? -----

E por fim, qual é a estimativa, temporal, para termos um levantamento dos danos e valores, uma estimativa para recuperar o que foi danificado, tanto no público como no privado, sendo que o privado é mais difícil porque dependerá de cada um.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Neste momento, as principais dificuldades, obviamente, são a reposição da energia elétrica e das telecomunicações. -----

Não conseguimos dizer quantas pessoas estão sem energia elétrica pelo seguinte: de acordo com os dados da E-Redes, ontem à noite, estariam cerca de 3000 pessoas sem energia elétrica, abastecidos por média tensão. Como é que isto é contabilizado? Eles conseguem perceber os PTs que não estão energizados e quantos agregados familiares ou quantas casas é que esses PTs que não estão energizados fornecem. Neste momento, ontem à noite, como disse, estariam cerca de 3000 casas sem energia. Acontece que das outras 40.000, talvez 45.000 casas, há muitas zonas que estão energizadas, mas que a baixa tensão está danificada, o que não é contabilizado nestes valores, porque eles apenas podem contabilizar os valores da média tensão. Mas depois da baixa tensão, há muitas casas que, dentro desta média tensão, também não têm energia e por isso eu estimo que hoje possam haver cerca de 5000 pessoas ainda sem luz elétrica nas suas casas, o que não deixa de ser um facto difícil de aceitar porque já passaram 16 dias da tragédia. E, todos nós podemos perceber, e possivelmente há aqui algumas pessoas que também não têm energia elétrica, as dificuldades que as pessoas estão a passar sem este bem essencial. -----

Depois, também há um problema grande, a falta de comunicações. Os últimos dados que tenho, por exemplo da MEO, tínhamos cerca de metade da população servida com rede fixa que está reposta, mas metade, pouco mais de metade. -----

Na rede móvel, então, os dados então uma calamidade, porque muita gente, talvez 80% das pessoas continuam a não ter acesso às comunicações. E nas outras operadoras será mais ou menos igual. -----



Em relação à estimativa orçamental. Como tive a oportunidade de dizer na minha intervenção e para que possam perceber, nós dividimos o concelho para melhor organização em seis setores, divididos pelas diversas freguesias e, nós a nível municipal, isto na área da Proteção Civil. Depois também entendemos criar seis equipas multidisciplinares, uma por cada um destes setores, para fazer o levantamento rigoroso e o mais apurado possível de todos os danos nos diversos setores, desde infraestruturas públicas, estradas, aquedutos, pontes, pavilhões desportivos, piscinas municipais, estádio, canil/gatil, edifícios, juntas de Freguesia, edifício municipal, associações. Este trabalho está em curso. O prazo que foi dado para que estas equipas concluíssem o seu trabalho foi o dia de hoje, portanto, penso que na próxima semana teremos condições, logo na segunda ou terça feira, condições de ter uma avaliação já muito aproximada dos danos provocados pela tempestade em termos públicos e em termos associativos, digamos assim. Até porque a CCDDR-LVT pediu-nos para fazer esse levantamento e temos o prazo até ao dia 20, portanto 2 a 8 dias para o podermos entregar. E penso que na próxima segunda, terça, terça não, que é dia de carnaval, não se trabalha, mas até quarta feira teremos condições para entregar esses números e ficar com uma noção mais real de todos esses prejuízos. A parte empresarial também está a fazer o levantamento dos respetivos prejuízos. -----

Aproveito também para convidar todos aqueles que queiram participar numa sessão que iremos organizar em conjunto com o Nersant, na próxima sexta feira, às 10.30H, no Teatro Municipal de Ourém, onde irão estar diversas entidades presentes, a Autoridade Tributária, Segurança Social, Banco de Fomento, e onde serão apresentadas algumas das linhas de apoio às empresas para que elas também possam começar a perceber como poderão reativar e reerguer as suas atividades. -----

Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA QUOTA DA ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, da qual a AMO é associada, procedeu à atualização dos valores das quotas, em a cada um dos escalões em vigor. -----

Assim, sendo a quota anterior no valor de 1925,00 euros, no ano 2026 terá o valor de 2.317,61 euros. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10790/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a informação registada sob o n.º 5308/2026, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: **“Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental – Ano económico de 2025 -----**

---- O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (em anexo), findo em 31 de dezembro de 2025, denota o apuramento de um saldo de gerência, referente à execução orçamental, de 11.268.655,67 euros. -----



---- Neste âmbito, reporta a LOE/2026, no seu artigo 124º, que é permitida, com a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, a incorporação deste saldo da gerência da execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas.-----

---- Consequentemente, propõe-se a aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental em Anexo, sendo um ato da competência do órgão deliberativo.-----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL PS; 32 VOTOS A FAVOR – 25 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 03 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 35 PRESENCAS** -----

----- O membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, representante do Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração de voto: “O presente ponto, diz respeito à não execução de valores que estavam orçamentados, vindo reforçar o que temos afirmado, ou seja, que o executivo cobra demais e não consegue gastar o valor que cobra. -----

Nesses termos, o Grupo Municipal do PS, abstêm-se neste ponto com declaração de voto.” -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 1.ª PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2026 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10793/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos



termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a informação registada sob o n.º 5449/2026, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “**1.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2026** -----

---- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, circunstância complementada com o previsto no artigo 124º da LOE/2026, Lei 73-A/2025, de 30 de dezembro, e na sequência do proposto na informação 3/2026/DGF/583 (MGD 5308/2026), sendo a aprovação referenciada uma condição prévia à modificação orçamental que aqui se propõe, remete-se para aprovação, a 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2026, onde se observa: -----

- Orçamento da Receita -----

- Reforço da classificação económica inerente ao saldo da gerência apurado em 11.268,655,67 euros (16.01.01); -----

- Anulação do saldo da gerência previsto, porque então dotado em rubrica residual (13.01.99), no valor de 10.899.955,67 euros (previstos 10.900.000 euros, contudo, para que a rubrica em referência permaneça aberta, salvaguardando o recebimento de receitas decorrentes de uma eventual situação imprevista, permanece um saldo neste classificador económico da receita, de 44,33 euros. -----

- Face ao disposto nos pontos anteriores, apura-se um orçamento global da receita em 73.621.400 euros, ou seja, representando um aumento das receitas inicialmente previstas em 368.700 euros. -----

- Grandes Opções do Plano: -----



- Reforço do projeto 02/003-2015/201-2 – Capela de São Sebastião (Preservação e consolidação), em 93.500 euros.-----
- Reforço do projeto 05/004-2026-47 – Urbanização (Requalificações urbanas diversas), em 275.200 euros. -----
- Orçamento da Despesa-----
 - Face ao aumento global do orçamento da receita apurada, em resultado do reforço dos projetos em GOP's referenciados no ponto anterior, verifica-se: -----
 - Reforço da classificação económica 02/07.01.03.07 – Aquisição de Bens de Capital – Investimentos – Outros, em 93.500 euros. -----
 - Reforço da classificação económica 02/07.03.03.01 – Bens do Domínio Público – Viadutos Arruamentos e Obras Complementares. -----
- Em suma, o orçamento da despesa tramita para um valor global de 73.621.400 euros em 2026, valor em paridade com o valor global definido para o orçamento da receita, no âmbito da revisão em assunto. -----
- **Aprovação**-----
- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----
- À consideração superior,”. -----
- (Aprovado em minuta)” -----
- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----
- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL PS; 32 VOTOS A FAVOR – 25 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 03 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 35 PRESENCAS** -----
- O membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, representante do Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração de voto:



“O presente ponto, diz respeito à não execução de valores que estavam orçamentados, vindo reforçar o que temos afirmado, ou seja, que o executivo cobra demais e não consegue gastar o valor que cobra. -----

Nesses termos, o Grupo Municipal do PS, abstêm-se neste ponto com declaração de voto.” -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DA CIDADE DE FÁTIMA – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10999/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do número 1, do artigo 17.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 02 de dezembro de 2025, a Câmara deliberou aprovar o projeto de Operação da Reabilitação Urbana (ORU) da cidade de Fátima, territorialmente coincidente com a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Fátima e submetê-lo a discussão pública, nos termos do n.º 2, artigo 89.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e do n.º 4, do artigo 17.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, assegurando anúncio com a antecedência mínima de cinco dias e período de participação com a duração mínima de 20 dias. -----

---- Nesta reunião foi apreciada a informação registada sob o n.º 9922/2026, do **Chefe do Serviço de Planeamento do Território**, a dar conta de que, concluído o período de discussão pública conforme acima determinado, foram apresentadas 31 participações, nomeadamente reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos, todas objeto de ponderação, pelo que considera cumpridos os trâmites e as formalidades legais necessárias à



aprovação da versão final do documento em referência, por parte de Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 17.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Esteve presente, a Arquiteta Vera Silva, a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise. -----

----- Finda a exposição, o Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registando qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 04 ABSTENÇÕES – 03 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA; 31 VOTOS A FAVOR – 25 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 02 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 35 PRESENÇAS** -----

----- O membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, representante do Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração de voto: “Os documentos publicados e aqui apresentados pelo executivo município de Ourém, revelam um processo de reabilitação urbana de Fátima decidido de forma unilateral, sem uma verdadeira estratégia de envolvimento público. A chamada “auscultação” surge apenas quando as decisões já estão tomadas, transformando a participação num mero formalismo sem impacto real. -----

Em vez de promover uma governação aberta e participada, o executivo municipal opta por uma gestão urbanística fechada, tecnocrática e distante da realidade social — algo particularmente grave em Fátima, um território complexo e sensível que exige diálogo, visão estratégica e compromisso político sério. -----

Enquanto a cidade de Ourém beneficia há anos de ARU e ORU consolidadas, com investimentos estruturantes visíveis, Fátima foi sistematicamente secundarizada, apesar da sua centralidade económica, simbólica e territorial. A aplicação tardia da ORU, já no limite do prazo legal, evidencia uma estratégia desequilibrada e



politicamente questionável, que penaliza Fátima e inviabiliza uma construção coletiva das soluções. -----

Esta situação fragiliza a democracia local, alimenta a perceção de decisões capturadas por interesses particulares e compromete a credibilidade das instituições -----

Nestes termos, o grupo municipal do Partido Socialista, abstêm-se neste ponto com declaração de voto.” -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.07 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10798/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 8543/2026, a **Secção de Recursos Humanos** remeteu para aprovação a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal. -----

---- O **Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Informática**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 23 de janeiro findo, a dar conta de que, conforme dispõe a alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada, a aprovação dos mapas de pessoal dos serviços municipais, é da competência do órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – SISTEMA INTERMUNICIPAL DE AUTOCONSUMO COLETIVO DE ENERGIA DO MÉDIO TEJO (SIAC-MT), COM CONSTITUIÇÃO DE 12 COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10795/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e bem assim nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 4694/2026, da **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**, com sede no Convento de S. Francisco, na cidade de Tomar, a remeter a minuta do contrato de delegação de competências, no âmbito da concessão do Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia do Médio Tejo e bem assim o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) e o Caderno de Encargos e a propor conforme se passa a transcrever: “Considerando que: -----



- Na sequência do Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, adotado a 12 de dezembro de 2015, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, aprovou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), concretizando o compromisso de Portugal atingir a *neutralidade carbónica até 2050*. Posteriormente, foi aprovado o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, que estabeleceu como metas a atingir até 2030, entre o mais, a redução entre 45% e 55% das emissões de gases de estufa e a incorporação de 47% de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia; -----
- A par do combate às alterações climáticas, a situação atual do mercado de eletricidade, em que se tem assistido ao escalar dos preços, e a instabilidade internacional, constituem fortes motivadores para que se promova a *autossustentabilidade energética* do país e a obtenção de *energia com menores custos*; -----
- Para alcançar estes objetivos, urge, pois, proceder à *transição para fontes de energia renováveis*, sendo que, como referiu a Comissão Europeia no seu comunicado de 8 de março de 2022, “*as razões para uma transição rápida para as energias limpas nunca foram tão fortes nem tão claras*”; -----
- Tendo presente a necessidade da transição para as energias renováveis, o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), opera uma “mudança de paradigma”, criando instrumentos para a evolução no sentido de um “*modelo descentralizado que enquadre no seu seio a produção local, as soluções de autoconsumo, a gestão ativa de redes inteligentes e que assegure a participação ativa dos consumidores nos mercados*” (preâmbulo); -----
- A transição para as energias renováveis exige, pois, um modelo descentralizado, *bottom-up*, em que se promove a produção pelos próprios consumidores (agora chamados *prosumers*), a par do objetivo assumido de “*maximização da utilização do território através do seu uso dual para atividade agrícola e de produção de energia elétrica renovável*” (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 15/2022); -----
- Neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, em transposição da Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, fornece o enquadramento jurídico necessário à constituição de *Comunidades de Energia Renováveis*; -----



- A Comunidade de Energia Renovável (CER) constitui uma forma personificada de *autoconsumo coletivo*, em que podem participar tanto pessoas coletivas privadas como públicas, que se dedica ao desenvolvimento de projetos de energia renovável com o objetivo de proporcionar benefícios ambientais, económicos e sociais. O n.º 1, do artigo 189.º, do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, prevê expressamente que as autarquias locais possam participar na CER, sem prejuízo de poderem ser apenas aderentes da CER e, nessa qualidade, dela beneficiar; -----
- A energia produzida pela CER é partilhada e (auto)consumida pelos seus participantes, na proporção da respetiva participação, podendo ainda ser comercializada entre eles ou com terceiros. Tratando-se de autoconsumo, a participação na CER, aqui à semelhança do autoconsumo individual, permite uma *redução imediata na fatura de eletricidade* do consumidor; -----
- Porém, ao contrário do autoconsumo individual, a CER apresenta vantagens significativas, consubstanciando o ultrapassar dos obstáculos técnicos e jurídicos daquele. Desde logo, a CER possibilita o autoconsumo a quem não disponha de local apropriado para a instalação de painéis fotovoltaicos, com isso *democratizando o acesso à produção de energia solar*. Trata-se de aspeto especialmente importante para os Municípios, contribuindo para o aumento do bem-estar das famílias e para a promoção das atividades económicas;-----
- A CER ultrapassa a necessária coincidência entre os momentos da produção e do consumo, própria do autoconsumo individual, que tem como consequência a injeção do excedente na rede em condições que são atualmente pouco apelativas. Essa injeção na rede pode ser minimizada através de uma *gestão otimizada da CER* que possibilite a alocação aos membros de maior produção, consoante os seus períodos de maior consumo, bem como a troca de excedentes internos, por forma a *maximizar os consumos dentro da CER*. Esta maximização, possibilitada pela otimização da produção e do consumo na CER, traduz-se em poupanças para os seus participantes e, antes disso, motiva ao *aproveitamento máximo dos locais* onde é tecnicamente possível a instalação de painéis fotovoltaicos, com isso contribuindo igualmente para o alcançar das metas de transição para as energias renováveis; -----
- Estando a maximização das vantagens da CER diretamente relacionada com a otimização da produção e dos consumos dentro da CER e, como tal, do seu dimensionamento, afigura-se



conveniente que os Municípios unam esforços, procedendo-se à criação e implementação de um sistema intermunicipal de autoconsumo coletivo de energia renovável, com constituição de várias CER, correspondentes às áreas de rede de cada subestação, para aumentar o seu dimensionamento e possibilitar a sua *gestão colaborativa*;-----

- Foi ciente disto que o legislador do Decreto-Lei n.º 15/2022 adotou um “*conceito objetivo de proximidade elétrica, e não apenas física*”, em função de elementos técnicos e também de “*critérios de otimização energética*”, com expressa menção ao “*desenvolvimento de estratégias territoriais de âmbito municipal ou regional*” (preâmbulo e artigo 83.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 15/2022); -----

- Nesta perspetiva, a CIM-MT, enquanto Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, deve assumir um papel preponderante, dando os passos necessários para a implementação do sistema intermunicipal de autoconsumo coletivo de energia renovável, com constituição das CER, indicadas no Anexo II, do Apêndice B, do Caderno de Encargos (Contrato de concessão – conceção, construção, manutenção e gestão – do Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia do Médio Tejo (SIAC-MT)), e para o acompanhamento da sua gestão; --

---- Considerando ainda:-----

- Que o Município tem como atribuições “*a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações*”, designadamente no *domínio da energia*, como vertido no n.º 1 e na alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

- Que, nos termos dos artigos 116.º e seguintes do Anexo I àquele diploma, pode o Município, através de contrato interadministrativo, proceder à delegação de competências na respetiva Comunidade Intermunicipal em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas. -----

---- Propõe-se: -----

---- **1. Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia do Médio Tejo (SIAC-MT)/CER, indicadas no Anexo II, do Apêndice B, do Caderno de Encargos e contrato de delegação de competências entre o Município e a CIM-MT.**-----

---- Como demonstrado no EVEF, o dimensionamento do sistema de autoconsumo coletivo de forma a abranger vários Municípios, agregando-se a sua gestão a nível intermunicipal, permite



potenciar as suas vantagens em termos de otimização da produção e do consumo. Com efeito, no âmbito do estudo económico realizado, foram utilizados os dados de consumo dos Municípios (informação em kWh), com base nos quais foram dimensionadas as UPAC/CER a instalar em cada Município (informação em kW), e na sequência do que, considerados os referidos consumos e consequente necessidade de produção identificada (num total regional de potência instalada de 10.058 KWp), foram igualmente efetuadas simulações para a correspondente produção solar anual (identificada por mês). Assim, numa análise global, a respetiva aquisição implica um custo estimado (sem CER-MT) de € 38 303 439 no prazo de 20 anos; com a implementação do SIAC-MT e respetiva CER, a estimativa de custo, para o igual período de 20 anos, desce para 24 977 659€ ao que corresponde uma poupança de 13 325 779€ sem necessidade de investimento inicial por parte dos Municípios. Relativamente ao Município de Ourém, considerando um consumo estimado da energia produzida pelo sistema de autoconsumo coletivo, em 20 anos, de 22 850 435KWh, com um custo estimado de aquisição em 20 anos de 4.013.075€, a estimativa de custo com o SIAC-MT é de 2.689.580€, a que corresponde uma Poupança do Município face ao atual de 1.323.494,43€.-----

Foi igualmente analisada a manutenção do modelo de aquisição de energia “as is”, com custo total de energia agregado de 38 303 439€, de desenvolvimento de CER por município individualizado, com custo total de energia de 30 863 771€, poupança de 7 439 668€, e a hipótese – adotada – de criação de uma CER agregada (gestão centralizada das diversas CER) com custo total de energia de 24 977 659€ e uma poupança de 13 325 779€. -----

---- Relativamente ao Município de Ourém, estima-se um investimento do concessionário de 1.017.141,42€, alcançando-se ainda uma poupança no custo do consumo de energia do Município face ao atual de 1.323.494,43€.-----

---- A primeira hipótese, não contemplando a necessidade de um investimento inicial, apresenta-se como a mais racional do ponto de vista económico-financeiro, como demonstrado pelo EVEF.-----

---- Subjacente a esta hipótese está, em lugar do recurso a uma empreitada de obras públicas (que sempre necessitaria da posterior contratação da gestão, não dispondo o Município de recursos próprios para um nem para outro), o desenho de um modelo concessório, em que é o operador privado que assume a conceção, a construção, a manutenção e a gestão do Sistema



Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia do Médio Tejo (SIAC-MT), com constituição das CER, indicadas no Anexo II, do Apêndice B, do Caderno de Encargos, nos termos da minuta de Caderno de Encargos, com transferência significativa do risco de exploração para o operador económico, que será remunerado pelo Município em função da energia que lhe for disponibilizada e consumida – e, portanto, do quão otimizada seja a gestão que efetue da CER.-----

---- Para implementar o SIAC-MT e respetivas CER, torna-se necessário proceder à delegação de competências na CIM-MT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, por forma a que possa a CIM-MT, reunindo delegações de competências de vários Municípios, proceder à contratualização do operador económico que irá, no âmbito da execução do contrato de concessão, proceder à implementação do SIAC-MT e à constituição das CER, indicadas no Anexo II, do Apêndice B, do Caderno de Encargos. Caberá assim, à CIM-MT, de acordo com a minuta de Contrato de Delegação de Competências, o lançamento e a condução de um procedimento concorrencial, de acordo com as regras da contratação pública, para selecionar o concessionário, e assumir o papel de Concedente durante a execução do contrato, velando pela sua boa execução, nos termos resultantes do modelo de Caderno de Encargos da Concessão. Do Caderno de Encargos consta, em resultado do EVEF, o valor máximo que o Município se dispõe a pagar ao concessionário por kWh e o montante máximo a receber pelo Concessionário, em função da capacidade de produção do SIAC e do perfil de consumos do Município de Ourém, o qual corresponde, segundo as regras aí fixadas de repartição entre os Municípios, ao montante máximo de 2.689.580,00€ (custo sem IVA) e de 3.308.184,00€ (custo com IVA) a despendar pelo Município de Ourém, em função do seu consumo estimado. Do Caderno de Encargos consta ainda, como seu Anexo, os Estatutos da futura CER a constituir pelo concessionário.-----

---- Assim, afigura-se necessário submeter a autorização da Assembleia Municipal a celebração de contrato de delegação de competências do Município na CIM-MT e, considerando que essa delegação visa o estabelecimento de uma concessão, ainda que a nível intermunicipal, os termos dessa concessão, vertidos no Caderno de Encargos. -----

---- A racionalidade económico-financeira do modelo de constituição de várias CER, de acordo com um modelo de natureza concessória, e da participação do Município na CER respetiva,



resultam do EVEF. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 115.º, aplicável ao *ex-vi*, do n.º 2, do artigo 122.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e de acordo com o estudo elaborado, verifica-se que o Contrato de Delegação de Competências:

- **não implica um aumento da despesa pública global**, antes gerando uma otimização dos proveitos gerados pelas CER municipais; -----
- contribui para **o aumento da eficiência da gestão dos recursos e gera ganhos de eficácia no exercício das competências**, uma vez que a gestão agregada evita a duplicação de funções e permite a sua otimização;-----
- promove a **articulação entre os diversos níveis da administração pública**, operando precisamente uma gestão em rede das CER, salvaguardando-se mecanismos de informação e cooperação;-----
- cumpre **os objetivos** fixados no artigo 112.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, designadamente promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis. --

---- **2. Despesa: Enquadramento financeiro e repartição de encargos (...)**-----

---- Relativamente a este ponto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 23 do mês findo, que se reproduz na íntegra: “Analisando o EVEF em causa, em conformidade com o disposto no referido estudo, e tendo por base as premissas aí consideradas, apura-se o seguinte no que concerne ao Município de Ourém: -----

- 1) a situação atual induz um encargo anual 4.013.075 euros para um consumo de 22850435 KWh; -----
- 2) Com a Implementação da SIAC-RC prevê-se que os custos ascendam a 2.791.383 euros, ou seja, resultando uma redução dos encargos em 1.221.892; -----
- 3) O Investimento previsto situa-se em 1.017.141 euros. -----

---- Em anexo reporta-se o mapa com os valores a assumir pelo Município de Ourém de 2027 a 2046, os quais ascendem a 3.308.183,92 euros (valor com IVA); 87.499,35 euros em 2027; 146.489,47 euros em 2028; 143.571,37 euros em 2029; 146.442,80 euros em 2030; 149.371,66 euros em 2031; 152.359,09 euros em 2032; 155.406,27 euros em 2033; 158.514,40 euros em 2034; 161.684,69 euros em 2035; 164.918,38 euros em 2036; 168.216,75 euros em 2037;



171581,08 euros em 2038; 175.012,70 euros em 2039; 178.512,96 euros em 2040; 182.083,22 euros em 2041; 185.724,88 euros em 2042; 189.439,38 euros em 2043; 193.288,17 euros em 2044; 197.092,73 euros em 2045 e 201.034,58 euros em 2046.-----

---- Em suma, deverá a assembleia municipal autorizar a plurianualidade subjacente (2027 a 2046), bem como a autorização para a celebração de contrato de competências entre o Município de Ourém e a CIM-MT, nos termos das minutas de Contrato de Delegação de Competências em anexo. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSTRUÇÃO DE 2 ARRUAMENTOS DE LIGAÇÃO ENTRE A AV. D. JOSÉ CORREIA DA SILVA E A AV. PAPA JOÃO XXIII EM FÁTIMA – ARRUAMENTO 1 (NORTE) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10803/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, no âmbito da matéria em apreço. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 8967/2026, do **Chefe da Divisão de Projetos Técnicos**, a colocar à consideração



superior a assunção dos seguintes compromissos plurianuais, correspondentes à execução do arruamento 1 da empreitada designada em epígrafe, no montante de 636.000,00€: -----

- Ano 2026 – 275.200,00€;-----
- Ano 2027 – 360.800,00€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA CAPELA DE S. SEBASTIÃO E ÁREA ENVOLVENTE – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10851/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, no âmbito da matéria em apreço. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de realização de despesa registada sob o n.º 4481/2026, da **Divisão de Projetos Técnicos**, com vista ao lançamento de procedimento para execução da empreitada designada em epígrafe, pelo montante de 965.808,47€ (+ IVA), com os seguintes compromissos plurianuais: -----

- Ano 2026 – 341.252,33€;-----
- Ano 2027 – 682.504,65€.-----



---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 23 de janeiro findo, que se passa a transcrever: “Remete-se para aprovação a despesa plurianual subjacente. Neste âmbito, importa referir que esta despesa irá dispor de adequado enquadramento orçamental, na circunstância de ser aprovada a proposta de Revisão N.º1 que se encontra em curso para apreciação pelos órgãos municipais. -----

---- Consequentemente, propõe-se que esta despesa plurianual possa ser submetida à aprovação do órgão competente (órgão deliberativo), embora condicionada a referida apreciação à prévia aprovação da Revisão Orçamental n.º 1. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE MATAS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 8678/2026**, datado de **2026.01.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.01.19, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea j) do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o texto de protocolo registado sob o n.º 113.061-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Matas**, sediada na Rua



1.º de Janeiro, n.º 489, da dita freguesia, deste concelho, com o objetivo de ceder, a título gratuito, o edifício da antiga “Escola-Oficina”, sito na Rua do Pisão, n.º 1, em Pisão, também daquela freguesia, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4, para o desenvolvimento de ações de integração social, cultural, desportiva e recreativa da população em geral, válido por cinco anos, renovável. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ARABESQUE – ACADEMIA DE DANÇA, CRL – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 8695/2026**, datado de **2026.01.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.01.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 4.709,20 euros, à Arabesque – Academia de Dança, CRL, relativa à cedência do Centro Municipal de Exposições, para a realização do “ADAGIO – Encontro Internacional de Dança 2026”, considerando a importância do evento na cidade e o impacto positivo na imagem e na economia do concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 672/2026, a **Arabesque – Academia de Dança, CRL**, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 15, nesta cidade, solicitou a cedência do Centro Municipal de Exposições, no



âmbito do “ADAGIO – Encontro Internacional de Dança 2026”, que se realizará de 28 a 31 de março próximo futuro. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 06 de janeiro em curso, a dar conta de que o espaço se encontra disponível, de que tem um custo associado de 4.709,20€ e a referir que se prevê a realização de horas extraordinárias por parte do funcionário que assegurará a abertura e gestão do espaço. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 8704/2026**, datado de **2026.01.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.01.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 54,50 euros, à Associação de Caçadores da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no âmbito da realização de montaria, considerando que se trata de uma atividade importante para controlar a espécie de javalis no nosso concelho, de forma a preservar a fauna e a flora e bem assim pessoas e bens. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da montaria a realizar no dia 14 de fevereiro próximo, nas localidades de Lagoa do Furadouro e Outeiro das Matas, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste concelho, foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 2085/2026, da **Associação de Caçadores de Nossa Senhora das Misericórdias**, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes à ocupação de vias públicas. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação registada sob o n.º 2350/2026, da **Secção de Licenciamentos Não Urbanísticos**, a dar conta de que, de acordo com o previsto no Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, são devidas as seguintes taxas: -----

- Taxa de Apreciação (n.º 3, do artigo 12.º) – 10,30€;-----
- Utilização de Vias Públicas (n.º 1, artigo 19.º) – 38,20€; -----

Corte de Via (n.º 3, artigo 19.º) – 54,50€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2755/2026**, datado de **2026.01.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.01.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 1.036,45 euros, à Associação de Atletismo de Santarém, devidas pela utilização do



Estádio Papa Francisco, considerando que a Associação promove diversas provas que representam um acréscimo de valor ao tecido económico do concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 118.345/2025, da **Associação de Atletismo de Santarém**, com sede na Avenida D. João I, no Estádio Municipal, em Almeirim, a solicitar a isenção das taxas de utilização do Estádio Papa Francisco, sito em Fátima, deste concelho, para a realização de competições previstas no seu calendário regional. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 17 de dezembro findo, a dar conta de que o valor a isentar é de 1.036,45€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.15 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMANDO DISTRITAL DE SANTARÉM DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 10801/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 217,80 euros + IVA, referente à utilização do Teatro Municipal de Ourém, para realização de concerto da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, no âmbito das



comemorações do seu 150.º aniversário, por se tratar de uma entidade que presta serviço relevante à comunidade. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 5907/2026, o **Comando Distrital de Santarém da Polícia de Segurança Pública**, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, em Santarém, solicitou a cedência do Teatro Municipal de Ourém, para a realização de concerto da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, no dia 26 de setembro de 2026, no âmbito das comemorações do seu 150.º aniversário. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 19 de janeiro findo, a dar conta da disponibilidade do espaço para o dia pretendido, com custos estimados em 217,80€ + IVA, em conformidade com o disposto no artigo 99.º, da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE NATACÃO DO DISTRITO DE SANTARÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11005/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 654,00 euros, referente à utilização das piscinas municipais de Ourém pela



Associação de Natação do Distrito de Santarém, considerando a importância da realização do evento no concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 4111/2026, da **Associação de Natação do Distrito de Santarém**, com sede na Rua Garcia da Mata, n.º 20, em Tomar, a solicitar a isenção do pagamento das taxas associadas à utilização das Piscinas Municipais de Ourém, para a realização do IV Torneio de Cadetes, na tarde do dia 14 de fevereiro em curso. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 15 de janeiro findo, a dar conta de que a utilização daquela instalação desportiva, tem um custo de 654,00€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou do cancelamento da atividade atendendo à presente realidade resultante da tempestade Kristin, não se justificando a respetiva apreciação e votação. -----

----- **FACE AO EXPOSTO, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL ENTENDEU, POR UNANIMIDADE, RETIRAR ESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS – 35 PRESENCAS --**

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO UKRAINIAN REFUGEES UAPT – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11001/2026**, datado de **2026.02.03**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.02.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a isenção do pagamento da verba de 261,60 euros, referente à utilização das Piscinas Municipais de Ourém pela



Associação Ukrainian Refugees UAPT, considerando o relevante serviço prestado à comunidade, nomeadamente, o apoio aos refugiados. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Associação Ukrainian Refugees UAPT**, sediada na Rua Professor Mira Fernandes, n.ºs 20 e 21, rés do chão, em Lisboa, através da carta eletrónica registada sob o n.º 544/2026, solicitou autorização para a utilização das Piscinas Municipais de Ourém, nos dias 17, 18, 19 e 26 de janeiro findo, por um grupo de refugiados da guerra da Ucrânia, maioritariamente composto por mulheres e crianças. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 16 também de janeiro findo, a dar conta de que a utilização das instalações, nos dias 19 e 26 daquele mês (datas disponíveis), tem um custo de 261,60€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.18 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais intervenções por parte do público, tendo-se registado a seguinte intervenção: -----

----- FERNANDO MARQUES SIMÕES, na qualidade de munícipe, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Sendo a primeira vez que falo nesta Assembleia Municipal, gostaria de dar os parabéns a todos e a todas as pessoas que estão aqui, inclusive o senhor Presidente da Assembleia, o



senhor Presidente da Câmara, os senhores deputados, os senhores vereadores e a todos os senhores presidentes de Junta. Fomos eleitos para defender a nossa população. -----

Dou os parabéns pelo muito trabalho que está a ser feito dada a muito grave, muito grave mesmo, tempestade Kristin. -----

Há muita gente a viver muito mal no nosso concelho. E, falo por mim, dou o meu exemplo como exemplo de uma sociedade, e de certeza que não sou sozinho, continuo sem energia elétrica até hoje. Já foi prometido que resolviam o problema, mas até hoje nada. Sei quanto é que já gastei em gasolina, em transformadores de corrente. Ninguém se preocupa. Penso que o meu exemplo é também o exemplo de outras pessoas. Não estou a falar por mim, estou a falar pela população em geral. -----

Sei que há um esforço muito grande por parte das autoridades. Parabéns a toda a gente que trabalha. -----

E repito, não estamos aqui para defender Partidos, estamos aqui para defender os interesses da população. -----

Há muita gente com muitos problemas, vivemos numa área das mais afetadas, sei que há muitos problemas na nossa zona, uma das mais afetadas, principalmente a parte norte da Nacional 356. Uma zona que ficou em péssimo estado e temos de fazer algo, lutar por isso. Não importa fazer obras para dar nas vistas, importa fazer obras que sejam úteis à população. Um outro assunto que gostaria de falar. Já falei com o presidente de Junta, mas, atenção, não é urgente, apenas não gosto de ver estragar dinheiro. Os semáforos em Rio de Couros, de controle de velocidade - saída de Rio de Couros para a Freixianda. Isto não serve para ninguém, o semáforo está estragado e vou ficar muito triste se o forem reparar, ficou destruído pelo vendaval. Talvez a uns 20 metros antes, o semáforo faz muita falta para controlar o tráfego que vem de Casal dos Bernardos e entra naquele entroncamento, tendo dificuldade de visibilidade para quem vem da Freixianda devido a uma casa que está fora de alinhamento. Penso que seria de bom tom, em vez de reparar aquele semáforo que não serve para nada, utilizar o semáforo no entroncamento. -----

Muito obrigado.” -----



----- Nos termos do Regimento da AMO, “(...) o *texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.*” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezassete horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL